

Vereadores barram a convocação de autoridades da saúde na Câmara

Vereadores impediram convocações para prestação de esclarecimentos sobre a crise

Os vereadores da base do governo do prefeito Dário Saadi (Republicanos-SP) votaram contra a convocação do Secretário Municipal de Saúde, Lair Zambon, e do presidente da Rede Mário Gatti, Sérgio Bisogni, para que ambos prestassem esclarecimentos na Câmara sobre a crise enfrentada pela saúde pública campineira (leia mais abaixo).

Caso tivessem sido aprovados em plenário, os requerimentos os obrigariam a comparecer à Câmara para prestar esclarecimentos aos vereadores e à população.

Quem votou contra

Barraram a convocação, votando contra: Ailton da Farmácia (PSB), Arnaldo Salvetti (MDB), Benê Lima (PL), Carlinhos Camelo (PSB), Carmo Luiz (Republicanos), Débora Palermo (PL), Dr. Yanko (PP), Edison Ribeiro (União Brasil), Eduardo Magoga (Podemos), Filipe Marchesi (PSB), Guilherme Teixeira (PL), Hebert Ganem (Podemos), Higor Diego (Republicanos), Luis Yabiku (Republicanos), Marcelo Silva (PP), Marrom Cunha (MDB), Mineiro do Espetinho (Podemos), Nelson Hossri (PSD), Nick Schneider (PL), Otto Alejandro (PL), Paulo Haddad (PSD), Permínio Monteiro (PSB), Roberto Alves (Republicanos), Rodrigo da Farmadic (União Brasil) e Rubens Gás (PSB).



Para Petta, decisão da base governista é grave retrocesso para a transparência na saúde pública

Luiz Rossini (Republicanos), da base do governo, não votou por ser o presidente da Câmara.

Quem votou a favor

Por outro lado, votaram a favor das convocações os seis vereadores da oposição: Fernanda Souto (PSOL), Guida Calixto (PT), Gustavo Petta (PCdoB), Mariana Conti (PSOL), Paolla Miguel (PT)

e Wagner Romão (PT). Além disso, Vini Oliveira (Cidadania) também votou favorável à prestação de esclarecimentos. “Infelizmente, a base do governo escolheu blindar a administração municipal em vez de permitir que a Câmara cumpra sua função de fiscalizar. Quando vereadores impedem a convocação das autoridades responsáveis pela saúde,

quem perde é a população que depende do SUS e precisa de respostas sobre a crise que estamos vivendo na cidade”, afirmou Gustavo Petta, autor dos requerimentos.

Para o vereador, “a decisão da base governista representa um grave retrocesso para a transparência na gestão da saúde pública diante do aumento das denúncias de falta de medicamentos nos

Centros de Saúde, crescimento das filas para consultas, exames e cirurgias, problemas estruturais nas unidades e dificuldades no atendimento hospitalar, além da recente crise envolvendo o fechamento de leitos de UTI no Hospital Mário Gatti após a identificação de uma superbactéria”.

Outro ponto dos requerimentos diz respeito ao contrato com a VTCLog, empresa responsável pela logística e distribuição de medicamentos e insumos, buscando compreender como está sendo feita a gestão, fiscalização e execução desse serviço.

Petta também questiona contratos firmados com empresas privadas para serviços de recepção, limpeza e segurança nas unidades de saúde, diante da necessidade de transparência sobre a qualidade e regularidade desses serviços. Entre eles está o contrato com a FRX Segurança e Serviço de Limpeza, alvo de denúncias de trabalhadoras que relatam irregularidades no cumprimento de direitos trabalhistas, como atrasos no depósito de FGTS e no pagamento de vales refeição e transporte.

O parlamentar reafirmou que seguirá cobrando explicações e acompanhando a situação da saúde pública em Campinas, reforçando que “a população tem o direito de saber o que está acontecendo com o atendimento na rede municipal de saúde e quais medidas estão sendo adotadas para resolver os problemas”.

Operadoras pagam R\$ 38 milhões por autuações

As atuais concessionárias de ônibus de Campinas acumularam pagamentos superiores a R\$ 38,6 milhões devido a irregularidades registradas entre 2021 e o início de 2026. O montante deriva de falhas na prestação de serviço e violações de cláusulas contratuais apuradas pela Emdec (autarquia responsável pelo trânsito campineiro). O volume total de autuações operacionais atingiu a marca de 106.574 registros no período de cinco anos somado a 53 multas de natureza administrativa por descumprimento de contrato. O faturamento proveniente das penalidades operacionais cresceu de R\$ 2,4 milhões em 2021 para R\$ 3,5 milhões em 2022 e saltou para R\$ 7,2 milhões em 2023. Em 2024, alcançou R\$ 11,9 milhões e em 2025 atingiu R\$ 12,6 milhões, sendo que nos primeiros meses de 2026 já foram pagos R\$ 3,02 milhões.

Punições

As sanções operacionais ocorrem quando agentes de mobilidade urbana (popularmente conhecidos como amarelinhos) identificam problemas que afetam o passageiro de ônibus, como o desrespeito aos horários programados, a omissão de parada nos pontos de embarque e panes mecânicas que interrompem o trajeto. Já as punições contratuais incidem sobre exigências estruturais como a manutenção da idade média da frota e a garantia de acessibilidade nos veículos, com os valores sendo subtraídos dos subsídios repassados pela Prefeitura.

As autuações servem como mecanismo de pressão para garantir que o sistema ofereça previsibilidade e qualidade aos usuários que dependem do transporte público diariamente.

Nova Concessão

O leilão ocorreu no último dia 5 na Bolsa de Valores em São Paulo com disputa entre cinco grupos interessados. A empresa Sancetur venceu a concorrência pelo Lote Sul ao apresentar tarifa de remuneração de R\$ 9,54 o que gerou deságio de 14,90% sobre o valor referencial.

No Lote Norte, o Consórcio Grande Campinas garantiu a vitória com proposta de R\$ 9,49 estabelecendo redução de 19,30%. O processo segue com as vencedoras entregando as planilhas financeiras para análise da Comissão de Licitação. Após a validação técnica, o resultado será publicado oficialmente abrindo prazo de três dias úteis para recursos antes da homologação final do processo que reestruturará o atendimento aos passageiros.



Volume total atingiu 106.574 registros no período de cinco anos

Emdec